DocuSign Envelope ID: C22E34E9-4D32-4AA9-95AC-BF1936744006

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

CNPJ nº 23.511.655/0001-20

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sªs as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2021 a Instituição continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, ilustrado através do aumento e diversificação significativos na carteira de arrendamento e início de operação de novos produtos, como foi o caso dos financiamentos operacionalizados pelo instrumento Cédula de Crédito Bancário a partir do segundo semestre de 2020. A carteira apresentou montante de R$ 373 milhões com 859 contratos ativos, ante R$ 337 milhões e 735 contratos ativos no mesmo período de 2020. Principais indicadores para a data-base 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em reais mil):

	2021	2020
Ativos Totais	441.652	412.277
Carteira de Crédito	373.455	336.989
Resultado do Exercício	579	5.159
Patrimônio Líquido	77.427	76.848
Índice de Basileia II	18,30%	19,87%

Remuneração de acionistas: Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 30 de março de 2022

A Diretoria Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)*

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2021	2020
Disponibilidades	4	11.377	22.847
Instrumentos financeiros - ativos		376.529	338.045
Carteira de crédito		365.698	333.759
Operações de arrendamento mercantil	6a	297.209	327.820
Operações de crédito	6a	76.246	9.169
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(7.757)	(3.230)
Outros ativos financeiros	8	10.831	4.286
Ativos fiscais	16a	53.283	49.971
Ativos tributários correntes		4.391	1.028
Créditos tributários		48.892	48.943
Imobilizado de uso	9	168	308
Bens de uso próprio		696	1.611
Depreciações acumuladas		(528)	(1.303)
Outros ativos	10	295	1.106
Total do ativo		441.652	412.277

Passivo	Nota	2021	2020
Instrumentos financeiros - passivos		300.978	277.137
Depósitos interfinanceiros	11	49.121	19.303
Obrigações por empréstimos	12	235.489	249.441
Instrumentos financeiros derivativos	5	254	–
Outros passivos financeiros	13	16.114	8.393
Passivos fiscais	16b	60.688	56.207
Passivos tributários correntes		10.294	833
Obrigações fiscais diferidas		50.394	55.374
Outros passivos	14	2.559	2.085
Patrimônio líquido	15	77.427	76.848
Capital social		64.247	64.247
Reservas de lucros		13.180	12.601
Total do passivo e Patrimônio líquido		441.652	412.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados

	Nota	2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas da intermediação financeira		24.495	35.729	63.564
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	18a	24.497	35.694	63.527
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	18b	(2)	35	37
Despesas de intermediação financeira		(13.863)	(16.305)	(47.455)
Despesa de Captação	18c	(13.609)	(16.051)	(47.455)
Despesa com instrumentos financeiros derivativos	18d	(254)	(254)	–
Resultado bruto da intermediação financeira		10.632	19.424	16.109
Provisões		1.460	(5.260)	(1.187)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	1.460	(5.260)	(1.187)
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.224)	(11.810)	(4.283)
Receita de prestação de serviços	18e	2.002	3.438	5.230
Despesa com pessoal	18f	(4.699)	(9.443)	(6.776)
Outras despesas administrativas	18g	(2.651)	(4.695)	(4.873)
Despesas tributárias	18h	(3.063)	(5.936)	(2.939)
Outras despesas operacionais		(99)	(288)	(303)
Outras receitas operacionais	18i	2.286	5.114	5.378
Resultado operacional		5.868	2.354	10.639
Outras receitas		–	–	951
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.868	2.354	11.590
Tributos sobre o lucro		(3.336)	(1.775)	(6.431)
Imposto de renda	16c	(1.366)	(3.340)	–
Contribuição social	16c	(1.775)	(3.364)	–
Imposto de renda passivo diferido	16c	1.374	4.980	(47.136)
Ativo fiscal diferido	16c	(1.569)	(51)	40.705
Lucro líquido do semestre/exercícios		2.532	579	5.159
Número de ações	15	64.246.986	64.246.986	64.246.986
Lucro líquido por ação		0,03941	0,00901	0,08030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital	Reservas de lucros – Reserva legal	Reservas de lucros – Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	52.071	372	7.070	–	59.513
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.159	5.159
Aumento de capital	12.176	–	–	–	12.176
Destinação do lucro:					
Reserva legal	–	258	–	(258)	–
Reserva de lucros	–	–	4.901	(4.901)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.247	630	11.971	–	76.848
Saldos em 31 de dezembro 2020	64.247	630	11.971	–	76.848
Lucro líquido do exercício	–	–	–	579	579
Destinação do lucro:					–
Reserva legal	–	29	–	(29)	–
Reserva de lucros	–	–	550	(550)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	64.247	659	12.521	–	77.427
Saldos em 30 de junho de 2021	64.247	630	10.018	–	74.895
Lucro líquido do semestre	–	–	–	2.532	2.532
Destinação do lucro:					
Reserva legal	–	29	–	(29)	–
Reserva de lucros	–	–	2.503	(2.503)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	64.247	659	12.521	–	77.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

	2º semestre	2021 Exercício	2020
Resultado líquido do exercício	2.532	579	5.159
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	–	–	–
Resultado abrangente	2.532	579	5.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Atividades operacionais	2ºSemestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Lucro líquido do semestre/exercícios	2.532	579	5.159
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/ exercícios com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(1.460)	5.260	1.187
Depreciação	30	93	293
Marcação à mercado de derivativos e *hedge accounting*	324	324	–
Provisão despesas administrativas e outros	–	–	–
Impostos diferidos passivos	(1.374)	(4.980)	47.136
Créditos tributários	1.569	51	(40.705)
Lucro ajustado	1.621	1.327	13.070
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(30.003)	(46.296)	(43.522)
Operações de crédito e arrendamento mercantil	(21.468)	(37.199)	(57.586)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	–	–	27
Outros ativos financeiros	(5.617)	(6.545)	14.296
Outros ativos	445	811	(189)
Ativos tributários correntes	(3.363)	(3.363)	(70)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	13.401	17.664	(6.074)
Instrumentos financeiros derivativos	8	8	–
Outros passivos financeiros	8.616	7.721	(6.796)
Outros passivos	165	474	427
Passivos tributarios correntes	4.612	9.461	295
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(14.981)	(27.305)	(36.526)
Atividades de investimento			
Aquisição de bens de uso	–	(76)	–
Alienação de bens de uso	–	123	–
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	–	47	–
Atividades de financiamento			
Depósitos Interfinanceiros	7.388	29.818	19.303
Empréstimos	10.879	(14.030)	16.013
Aumento de capital	–	–	12.176
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento	18.267	15.788	47.492
Aumento/(redução) líquido das disponibilidades	3.286	(11.470)	10.966
Disponibilidades			
No início do semestre/exercícios	8.091	22.847	11.881
No fim do semestre/exercícios	11.377	11.377	22.847
Aumento/(redução) líquido das disponibilidades	3.286	(11.470)	10.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, a Instituição solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram aprovadas pela administração em 30 de março de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério *pró-rata* dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambias sobre ativos e passivos indexados. Não são apropriadas as receitas de arrendamento e de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "*pro rata die*" e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c. Apresentação das demonstrações do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08. **d. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment.* **e. Disponibilidades:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **f. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para "*hedge"* (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em: **Hedge de risco de mercado** - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; **Hedge de fluxo de caixa** - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do "hedge" registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período. **g. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços. **h. Operações de arrendamento mercantil:** Muito embora a apresentação das operações de arrendamento mercantil tenham sido alteradas pela adoção da Resolução BCB nº 2/2020, conforme descrito na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis permaneceram as mesmas. As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. A carteira de arrendamento mercantil é constituída exclusivamente por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, e compreende os seguintes itens: **• Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **• Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de arrendamentos a receber e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN. **• Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento é demonstrado por seu custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas para Máquinas e Equipamentos e Veículos variam entre 10% e 20% ao ano. Esta metodologia passou a ser aplicada a partir do segundo semestre de 2020, e não resultou em nenhum efeito financeiro no resultado do período em relação ao método anterior. Anteriormente a Instituição utilizava para cálculo do valor a depreciar o critério de custo de aquisição deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro, que era apropriado pelo método linear no prazo da operação contratada. **• Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 uma insuficiência de depreciação líquida no valor de R$ 10.760 (Superveniência de depreciação de R$ 90.101 em 2020), registrada como resultado de crédito e arrendamento mercantil. O saldo acumulado de superveniência de depreciação em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 111.986 (R$ 123.054 em 31/12/2020). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. **• Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição do *ratings* iniciais dos clientes. As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. O Banco adota o registro de sua carteira de arrendamento mercantil conforme o acima determinado, entretanto, com o advento da Res. CMN nº 4.720/2019 e Resolução BCB nº 2/2020, decidiu apresentar todo o grupo de contas de forma agrupada numa única rubrica da carteira de crédito do grupo de instrumentos financeiros ativos em conjunto com a carteira de operações de crédito. **i. Imobilizado de uso:** O Banco, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, reconhece os novos imobilizados valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. espera utilizar o ativo. **j. Obrigações por empréstimos e depósitos interfinanceiros:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata*" dia. As captações que são objeto de *hedge* de Risco de Mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. **k. Imposto de renda e contribuição social:** A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. • A Instituição constitui crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período. • A partir do primeiro semestre de 2020 a Instituição passou a constituir, quando aplicável, crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil. • O Banco aplica as alíquotas de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Em conformidade com o que determina a Lei 14.183, serão aplicadas as alíquotas de 25% para imposto de renda e 25% para contribuição social até 31/12/2021. **l. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **m. Resultado recorrente e não recorrente** O Banco classifica seus resultados como recorrentes ou não recorrentes através de políticas internas que determinam que são resultados recorrentes aqueles que estejam de acordo com o objeto social determinado em seu Estatuto Social que é "a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas de investimento e arrendamento mercantil, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais regulamentares". Para que um resultado seja considerado não recorrente ele precisa adicionalmente não ter previsibilidade de ocorrência nos próximos 3 exercícios seguintes. Considerando a política estabelecida, a administração considera que todo o seu resultado do exercício de 2021 e 2020 é oriundo de resultados recorrentes. **n. Apresentação de acordo com *International Financial Reporting Standards* (IFRS):** A partir de janeiro 2020 o Banco passou a incluir em suas Demonstrações Financeiras as alterações preconizadas na Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular nº 3.959/2019, consolidadas pela Resolução BCB nº 2/2020. Essa regulamentação tem como objetivo aproximar as normas de apresentação das demonstrações financeiras das instituições financeiras brasileiras com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

4. DISPONIBILIDADES:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades		
Bancos conta movimento	11.377	22.847
Saldo final	11.377	22.847

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos:

				2021			2020
			Diferencial a pagar/Valor contábil	Valor de Mercado			
Indexador	Instrumento	Valor de referência	Posição líquida	Ativo	Passivo	Posição líquida	Posição líquida
Euro x Pré	SWAP	6.432	(8)	–	(254)	(254)	–

b. *Hedge* de Risco de Mercado: Conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como "Hedge" são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "Hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado. O "Hedge" é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado do objeto de "Hedge" num intervalo entre 80% à 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN. A efetividade das estruturas dos "Hedges" é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN. O Banco, para proteger parte das captações classificadas na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses", contratou instrumento derivativo (SWAP - Cross Currency Swap) destinado à cobertura de hedge de risco de mercado, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Item objeto de *hedge*		
Valor atualizado pelas condições contratuais	6.322	–
Valor de mercado	6.400	–
Valor do ajuste a mercado na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses"	78	–
Instrumentos de *hedge*		
Valor de mercado	254	–

6. CARTEIRA DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL: a) Operações de crédito e arrendamento mercantil: i) Carteira por modalidade e prazo:

Modalidade	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcela a Vencer entre 3 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/ 2021	31/12/ 2020
Arrendamento Mercantil (vide nota 6b)	3.001	45.804	73.418	174.986	297.209	327.820
Operações de Crédito - CCB	299	10.109	13.388	52.450	76.246	9.169
Total	3.300	55.913	86.806	227.436	373.455	336.989

ii) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcela a Vencer entre 3 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/2021	31/12/2020
Indústria	867	27.553	54.039	147.018	229.477	198.803
Comércio	–	1.242	2.530	5.487	9.259	8.938
Serviços	2.433	27.118	30.237	74.931	134.719	129.248
Total	3.300	55.913	86.806	227.436	373.455	336.989

iii) Concentração de Crédito:

	Valor	31/12/2021 % da Carteira	Valor	31/12/2020 % da Carteira
10 Maiores Devedores	72.168	19%	71.312	21%
20 Maiores Seguintes	65.516	18%	73.027	22%
Demais Devedores	235.771	63%	192.650	57%
Total	373.455	100%	336.989	100%

iv) Composição da Carteira por moeda e indexador:

Descrição	Valor	31/12/2021 % da Carteira	Valor	31/12/2020 % da Carteira
Contratos em reais prefixados	304.652	82%	239.215	70%
Contratos em euros prefixados	65.770	17%	93.200	27%
Contratos em reais pós-fixados	3.033	1%	4.574	3%
Total	373.455	100%	336.989	100%

v) Operações renegociadas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	18.528	–
Contratações	9.214	62.323
Recebimentos e apropriação de juros	(772)	(2.911)
Operações retornadas à situação normal	(24.645)	(40.884)
Saldo final	2.325	18.528

O Banco considera em situação normal uma operação renegociada para a qual ocorreram pelo menos os pagamento em dia das três primeiras parcelas do acordo inicial.

b) Operações de arrendamento mercantil: O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não continua→☆

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741672
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2022 | 23:03:31 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: C22E34E9-4D32-4AA9-95AC-BF1936744006

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A. *(Em milhares de Reais)*

pagas. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são registrados em diversas contas patrimoniais e apresentadas na linha "Operações de arrendamento mercantil" conforme requerimento da Resolução BCB nº 2/2020. A seguir apresentamos o analítico das contas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamento Financeiro	**297.209**	**327.820**
Arrendamentos a Receber	277.976	385.430
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(276.445)	(384.295)
Valores Residuais a Realizar	70.525	107.707
Valores Residuais a Balancear	(70.525)	(107.707)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	615.200	572.270
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(208.313)	(154.102)
Superveniência de Depreciação	111.986	123.054
Credores por Antecipação de VRG	(223.195)	(214.537)
Amortização Acumulada - Perdas de Arrendamento	(1.130)	–
Perdas em Arrendamento a Amortizar	8.433	–
Insuficiência de Depreciações - Perdas de Arrendamento	(7.303)	–
Total da Carteira de Arrendamento	**297.209**	**327.820**

i) Composição do imobilizado de arrendamento por tipo de equipamento:

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	356.132	(92.678)	263.454	318.663	(64.981)	253.682
Veículos	250.635	(114.505)	136.130	253.607	(89.121)	164.486
Superveniência de Depreciação	–	–	123.763	–	–	123.054
Insuficiência de Depreciação em Perdas em Arrendamento Depreciação	–	–	(11.777)	–	–	–
Perdas em Arrendamento a Amortizar	8.433	(1.130)	7.303	–	–	–
Total	**615.200**	**(208.313)**	**518.873**	**572.270**	**(154.102)**	**541.222**

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. **ii) Composição da Carteira por tipo de equipamento:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	189.569	202.358
Veículos e afins	107.640	125.462
Total	**297.209**	**327.820**

7. PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO: O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	31/12/2021 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	31/12/2020 Valor da Provisão
AA	0,0%	167.668	–	171.715	–
A	0,5%	160.081	800	125.529	628
B	1,0%	10.973	110	16.863	169
C	3,0%	3.269	98	8.412	252
D	10,0%	23.854	2.385	13.470	1.347
E	30,0%	3.185	956	162	48
F	50,0%	1.953	976	105	53
G	70,0%	132	92	–	–
H	100,0%	2.340	2.340	733	733
Total		**373.455**	**7.757**	**336.989**	**3.230**

Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial (31/12/2020 e 31/12/2019)	**3.230**	**2.070**
Constituição Líquida de provisão	5.260	1.187
Créditos baixados para prejuízo	(733)	(27)
Saldo Final	**7.757**	**3.230**

Não houve nenhuma recuperação de crédito baixado para prejuízo nos exercícios de 2021 e 2020.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos relacionados a contratos de arrendamento mercantil (a)	10.831	4.286
Total	**10.831**	**4.286**
Curto Prazo	**10.831**	**4.286**

(a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

9. IMOBILIZADO DE USO:

	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Instalações	–	–	–	735	(711)	24
Móveis e Equipamentos	26	(14)	12	283	(140)	143
Equipamentos de Informática	381	(225)	156	304	(167)	137
Software	289	(289)	–	289	(285)	4
Total	**696**	**(528)**	**168**	**1.611**	**(1.303)**	**308**

10. OUTROS ATIVOS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Deutsche Leasing Finance GmbH - Comissões a Receber	–	491
Locadora DL do Brasil - reembolso despesas compartilhadas	86	140
Antecipação de salários	–	118
Antecipação de férias	9	–
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co KG - Serviços Prestados a Receber	127	87
Parcela de obrigações por empréstimos a Baixar	–	57
Diferença de ptax a receber	47	75
Taxa de abertura de crédito a receber - CCB	–	26
Despesas Antecipadas	–	4
Outros	26	108
Total	**295**	**1.106**
Curto Prazo	**295**	**1.106**

11. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
Depósitos Interfinanceiros	5.555	16.665	26.901	49.121	19.303
Total	**5.555**	**16.665**	**26.901**	**49.121**	**19.303**

Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 9,60% a.a. (7,26% a.a. em 31/12/2020) e vencimento final em novembro 2025 (novembro de 2025 em 31/12/2020).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
Empréstimos - No País (a)	15.802	47.408	102.527	165.737	164.708
Empréstimos - No Exterior (b)	11.087	21.262	37.325	69.674	84.733
Marcação a Mercado Objeto de Hedge **(vide nota 5b)**	78	–	–	78	–
Total	**26.967**	**68.670**	**139.852**	**235.489**	**249.441**

(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 9,50% a.a. (9,69% a.a. em 31/12/2020) e vencimento final em dezembro de 2026 (julho de 2025 em 31/12/2020). As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,47% a.a. (1,47% a.a. em 31/12/2020), e as operações possuem vencimento final em abril de 2024 (abril de 2024 em 31/12/2020). (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. à taxa de juros prefixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em dezembro de 2026 (fevereiro de 2026 em 31/12/2020).

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de Arrendamento Mercantil	11.062	4.425
Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil (a)	5.052	3.968
Total	**16.114**	**8.393**
Curto Prazo	**16.114**	**8.393**

(a) Valor recebido antecipadamente de clientes relacionados à contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

14. OUTROS PASSIVOS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com Pessoal	2.186	2.002
Serviços de terceiros	102	83
Pagamento a processar	271	–
Total	**2.559**	**2.085**
Curto Prazo	**2.559**	**2.085**

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: O Capital Social está representado por 64.246.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Acionista	Participação %	Nº ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	95	61.034.636	61.035
Deutsche Objekt Leasing GmbH	5	3.212.350	3.212
Total	**100**	**64.246.986**	**64.247**

Em 15 de julho de 2020 ocorreu um aumento de capital realizado pelos acionistas (participação societária proporcional mantida), que foi aprovado pelo Bacen em 27 de julho de 2020 no montante de R$ 12.176. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas de lucros era de R$ 13.180 (2020 - R$ 12.601). **c. Dividendos:** A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve distribuição de dividendos.

16. TRIBUTOS:

a) Ativos Fiscais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a compensar	1.034	1.028
Antecipação de Imposto de Renda	1.467	–
Antecipação de Contribuição Social	1.890	–
Créditos Tributários (16c)	48.892	48.943
Total	**53.283**	**49.971**
Curto Prazo	**10.242**	**1.028**
Longo Prazo	**43.041**	**48.943**

b) Passivos fiscais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Imposto de Renda Diferido (16c)	50.394	55.374
Provisão para impostos correntes	6.704	–
Impostos e contribuições sobre salários	323	240
COFINS a Pagar	113	94
ISS a Pagar	3.101	484
Outros	53	15
Total	**60.688**	**56.207**
Curto Prazo	**12.452**	**833**
Longo Prazo	**48.236**	**55.374**

c) Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

	2021		2020	
Corrente	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	**2.354**	**2.354**	**11.590**	**11.590**
Exclusão da superveniência de depreciação	11.068	11.068	(90.101)	(90.101)
Ajuste da depreciação de bens arrendados	–	–	44.039	44.039
Variação cambial	–	–	(303)	(303)
Resultado não realizado de derivativos	324	324	–	–
Outras adições temporárias	143	143	311	311
Outras adições não temporárias	75	75	98	98
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.260	5.260	1.187	1.187
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	**19.224**	**19.224**	**(33.179)**	**(33.179)**
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	**(5.767)**	**(5.767)**	–	–
Base tributária	**13.457**	**13.457**	–	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.340**	**3.364**	–	–

A partir do primeiro semestre de 2021, a Instituição passou a gerar lucros tributários, razão pela qual apresenta provisão e despesas de impostos correntes. No exercício de 2020 não houve base tributária, e portanto a Instituição não foi afetada pela majoração da alíquota de contribuição social de 15% para 20% de 2019 para 2020. A partir do primeiro semestre de 2020, além do crédito tributário e imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, a Instituição passou também a constituir, quando aplicável, crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisões para perdas associadas ao risco de crédito e demais provisões passivas, assim como os impostos diferidos sobre os ajustes da depreciação de bens arrendados.

As movimentações podem ser observadas a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2021	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2021
Créditos tributários							
Prejuízo fiscal originado pela superveniência	46.787	–	1.535	45.252	–	1.063	44.189
Provisões associadas ao risco de crédito	1.465	3.025	–	4.490	–	657	3.833
Provisões passivas	691	28		719	5	–	724
Marcação a mercado	–	–	–	–	146	–	146
Total	**48.943**	**3.053**	**1.535**	**50.461**	**151**	**1.720**	**48.892**
Obrigações fiscais diferidas							
Sobre superveniência	(55.374)	–	(3.606)	(51.768)	–	(1.374)	(50.394)
Total	**(55.374)**	**–**	(3.606)	**(51.768)**	**–**	**(1.374)**	**(50.394)**

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o custo médio de captação praticado pelo Banco, aplicado sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço. A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pela instituição e demonstrada a seguir:

Ano de realização	Valor nominal	Valor presente
2022	5.852	5.491
2023	19.430	16.059
2024	11.227	8.171
2025	4.077	2.613
2026	2.804	1.583
2027 a 2028	5.502	2.730
Total	48.892	36.647

17. PARTES RELACIONADAS: As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador. **Transações com partes relacionadas:** As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição :

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações Por Empréstimo no Exterior:					
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 12)	(69.675)	(84.733)	(4.879)	(170)	(37.480)
Outros Ativos					
Locadora DL do Brasil (nota 10)	86	140	505	952	1.642
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	127	87	787	1.779	622
Deutsche Leasing Finance GmbH	–	491	1.009	1.284	4.160

a. Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R$ 2.870 em 2021 (R$ 2.224 em 2020).

18. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO: a. Resultado de crédito e operações de arrendamento mercantil:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamento financeiro e operações de crédito	24.546	35.844	63.649
Outras despesas de arrendamento	(49)	(150)	(122)
Total	**24.497**	**35.694**	**63.527**

A redução significativa dos montantes de resultado de arrendamento financeiro e operações de crédito se deu basicamente em função dos efeitos da variação cambial sobre a parte da carteira indexada à moeda estrangeira. **b. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez:**

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	(2)	35	37
Total	**(2)**	**35**	**37**

c. Resultado de captação:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com obrigações por empréstimos	11.873	13.016	47.276
Despesas com depósitos interfinanceiros	1.736	3.035	179
Total	**13.609**	**16.051**	**47.455**

A redução significativa dos montantes de despesa com obrigações por empréstimos se deu basicamente em função dos efeitos da variação cambial sobre as captações em moeda estrangeira. **d. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos:**

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com Operações com Derivativos	(254)	(254)	–
Total	**(254)**	**(254)**	**–**

e. Receita de prestação de serviços:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços prestadas a ligadas (a)	1.797	3.063	4.782
Taxa de abertura de crédito	205	375	423
Comissão por intermediação de negócios	–	–	25
Total	**2.002**	**3.438**	**5.230**

(a) Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior (nota 17). **f. Despesas com pessoal:**

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Salários	1.772	3.249	2.553
Bônus	743	2.567	1.737
Encargos trabalhistas	933	1.557	1.086
Férias e 13.o salário	530	820	633
Assistência Médica e Odontológica	429	714	447
Seleção e treinamento	17	54	20
Outras despesas de pessoal	275	482	300
Total	**4.699**	**9.443**	**6.776**

g. Outras Despesas Administrativas:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Aluguéis e Condomínio	204	281	1.014
Manutenção e conservação predial	27	134	45
Processamento de dados	502	928	844
Serviços do sistema financeiro	152	307	305
Serviços de terceiros	192	346	280
Serviços técnicos especializados	829	1.549	1.383
Despesas de transportes	26	37	27
Despesas com publicações	8	55	57
Despesas com viagens	9	9	58
Despesas com telefonia	68	143	116
Manutenção e conservação de equipamentos	278	446	536
Contribuição entidade de classe	59	123	92
Outras despesas administrativas	297	337	116
Total	**2.651**	**4.695**	**4.873**

h. Despesas tributárias:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
ISS	2.442	4.822	1.946
PIS	87	156	139
COFINS	534	958	854
Total	**3.063**	**5.936**	**2.939**

i. Outras Receitas Operacionais:

Descrição	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento de despesas	523	1.109	1.674
Descontos obtidos	521	1.264	1.967
Reversão de provisão de Bônus	389	1.564	819
Reversão de provisão de auditoria	247	247	270
Receita de multas contratuais	219	393	249
Outras	387	537	399
Total	**2.286**	**5.114**	**5.378**

19 OUTRAS INFORMAÇÕES: a. Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência assiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras. **b.** A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 10% (2020 - 9,25%). O índice de Basileia calculado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de 18,28% para o índice básico e 17,16% para o índice amplo; em 31 de dezembro de 2020 os índices eram de 19,37% e 18,20% respectivamente. **c.** A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são: **c.1) Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 4.577/2017, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas. **c.2) Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais. **c.2.1) Análise de sensibilidade:** O banco, com o objetivo de verificar os efeitos em seu resultado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado, realiza um teste de sensibilidade que utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento de 50 ou 100 pontos base. Para as datas-base em questão os impactos seriam:

	31/12/2021		31/12/2020	
Fator de risco	+ 50 bps	+ 100 bps	+ 50 bps	+ 100 bps
Taxa de juros em reais	(528)	(1.056)	(370)	(739)
Cupons de moeda estrangeira	(50)	(101)	(89)	(180)

c.2.2) Teste de estresse: Para a apuração do risco de mercado de taxas de juros, o Banco deciciu por usar os modelos padronizados pelo Banco Central do Brasil, uma vez que somente possui a carteira banking, optando por seguir o modelo RBAN padrão, de acordo com as regras definidas pela circular nº 4.557/2017 para o teste de estresse, em especial o contido no Art. 2º, item II. Com base nessa análise, o resultado (RBAN) demonstra o impacto no resultado e na alocação de capital referente às situações de estresse histórica definidos acima e demonstrados a seguir:

	Capital alocável	
Fator de risco	31/12/2021	31/12/2020
Taxas de juros em reais	1.172	533
Cupom de moeda estrangeira	985	1.462

c.2.3) Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco não transaciona seus instrumentos financeiros ativos e passivos em mercados ativos, tendo sua operação baseada em uma estrutura de banking. Dessa forma, considera o valor contábil como a aproximação equivalente ao valor justo de seus instrumentos financeiros ativos (Carteira de crédito e outros ativos financeiros) e passivos (Obrigações por empréstimos e outros passivos financeiros). **c.3) Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa. **c.4) Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 4.557/2017, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição. **d.** A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários. **e.** O Banco, seus clientes e parceiros foram afetados indistintamente pela pandemia causada pela COVID-19 durante os anos de 2021 e 2020. O Banco conseguiu adaptar sua operação de forma a garantir a proteção de seus colaboradores e a continuidade dos negócios, operando basicamente de forma remota. Os impactos observados nos negócios foram as esperadas redução nos volumes de novos contratos e dificuldade por parte de alguns clientes em honrar os seus compromissos. Os reflexos dessa situação podem ser observados nas demonstrações financeiras através do aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e o surgimento de uma carteira de operações renegociadas (vide nota 6), sem que isso no entanto se reflitisse em perdas relevantes graças à rápida atuação da administração junto aos clientes e parceiros, visando identificar alternativas que possibilitassem o enfrentamento das dificuldades momentâneas. **f.** Os eventos subsequentes correspondem à aqueles que ocorreram entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a sua emissão. Concluímos que não houve eventos subsquentes relevantes até a emissão das demonstrações financeiras.

Marcelo Festucia - Diretor Presidente
Ubiratan Dantas Felizatto - Contador - CRC 1SP143431/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Aos Acionistas e Administradores da **Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2022 | 23:03:43 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: C22E34E9-4D32-4AA9-95AC-BF1936744006

continua

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2022 | 23:03:54 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/